

***Da nova LDB ao Fundeb: por uma outra política educacional.* Dermeval Saviani. Campinas: Autores Associados, 2007, 336 p.**

Hajime Takeuchi Nozaki

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil
<hajimenezaki@uol.com.br>

Jehu Vieira Serrado Júnior

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil
<jehujunior@hotmail.com>

Dermeval Saviani é um dos mais importantes representantes brasileiros da teoria marxista no campo educacional. Professor há mais de quatro décadas, dedicou sua vida aos estudos sobre a filosofia da educação e a respeito da legislação educacional brasileira. Seu livro *Escola e democracia* (Saviani, 1985a) é referência obrigatória para os educadores e, mais recentemente, elaborou profundo estudo sobre a Lei de Diretrizes e Bases (Saviani, 1998), como denomina o próprio autor, a Lei Magna da Educação Brasileira. Não obstante, entre as mais relevantes obras deste autor, podemos destacar o singular trabalho de formar várias gerações de professores que hoje são os autores mais conhecidos e respeitados no campo educacional. Saviani é, neste contexto, um educador, preocupado e comprometido em desvelar as contradições da sociedade capitalista, apontando o papel da educação nesta sociedade e para além dela.

É justamente a partir desta preocupação que inicia suas reflexões na referida obra, definindo-a como um estudo de política educacional brasileira, particularmente da modalidade que denomina de política social. Neste ponto, já lança uma interessante provocação: “Mas qual o significado da expressão política social? Se a política é a ‘arte de administrar o bem comum’, toda política não é necessariamente social?” Explica, imediatamente, que tal denominação decorre do modo de produção capitalista, o qual gira em torno da propriedade privada dos meios de produção, o que implica, de igual modo, a apropriação privada dos bens produzidos. Ora, desta forma, o Estado capitalista, a partir da política econômica, desempenha um papel regulador, favorecendo os interesses privados

em detrimento dos interesses da coletividade. É neste ponto que se evidencia o caráter anti-social da política econômica, o que faz surgir, em contrapartida, a assim chamada política social como elemento compensatório daquela primeira, abrangendo setores tais como saúde, previdência, cultura e, finalmente, a educação, tema centralizado neste livro.

Assim, o autor revela que, no plano da política social, o seu livro se concentra em discutir o aspecto específico da política educacional e esta, por seu turno, será analisada a partir das medidas regulamentadoras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Em outra oportunidade, contudo, Saviani (1985b) já nos alertava para o fato de que, para se chegar à real compreensão da legislação, não basta se ater à letra da lei, mas, sim, captar o seu espírito; não basta analisar o texto, mas conhecer o seu contexto; não basta ler nas linhas, mas é necessário ler nas entrelinhas. Para tal, já elencava três etapas necessárias: 1. Ter contato com a lei; 2. Examinar as razões manifestas; 3. Buscar as razões reais da formulação da lei, o que implica: fazer um exame de contexto, identificando a correlação de forças sociais que a tornaram possível; e examinar a gênese da lei, reconstituindo o processo de elaboração da lei e evidenciando quais papéis os diferentes grupos sociais desempenharam.

Como justificativa para sua obra e, ao mesmo tempo, como questão a ser desvendada por ela, Saviani nos leva à seguinte linha de raciocínio: se considerarmos que a LDB é a Lei Magna da Educação Brasileira, esta se situa abaixo somente da Constituição Federal. Dado o caráter amplo de uma lei geral como esta, vários de seus dispositivos necessitariam, pois, ser regulamentados por meio de legislação específica, o que ocorreria, pela lógica, após a promulgação desta lei. No entanto, chama-nos a atenção o autor para o fato de que a última LDB começou a ser regulamentada antes mesmo de ser aprovada. O que justificaria isso?

Munido de um rigoroso estilo acadêmico e do método materialista histórico-dialético, Saviani aborda no primeiro capítulo do livro a legislação complementar à LDB, evidenciando que, parte dela – lei nº 9.131/95, emenda constitucional nº 14, lei nº 9.192/95 e decreto nº 2.026/96 – já estava concluída antes mesmo da existência da própria LDB. O que justifica isso

não pode ser respondido se detivermos o olhar apenas às partes, de forma isolada. Como parecer tentará nos ensinar o mestre, as partes devem ser visualizadas por meio de suas conexões com as outras partes e delas com o todo, tal como insiste a dialética. Ou seja, a resposta a essa pergunta se coloca nestes termos: o que justifica um grupo de leis complementares serem aprovadas antes mesmo da própria lei magna é o fato de que todas elas fazem parte de um todo maior, que neste caso é um projeto de sociedade, a sociedade capitalista em sua fase neoliberal. Neste sentido, a ordem dos fatores não altera o produto, posto que há uma teleologia do processo histórico-social, uma intencionalidade em que as diversas leis da década de 1990 no Brasil, apresentadas pelo autor no capítulo 1 – que trata da escolha de dirigentes universitários, da avaliação de cursos e instituições de ensino superior, que regulamentou alguns pontos do sistema federal de ensino, que deu relevância à educação básica, que modificou a educação profissional, que tratou do ensino religioso – fazem parte de um rearranjo estrutural no campo educacional brasileiro, para preparar terreno para a adaptação de seus cidadãos – trabalhadores e proprietários dos meios de produção – para o novo mundo do trabalho generalizado mundialmente.

Quando se diz que a década de 1990 foi aquela na qual o neoliberalismo foi implementado com toda força no Brasil, sobretudo por conta dos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, por vezes se omite que o projeto neoliberal continua, por outro lado, sendo implantado até os dias de hoje, no século XXI, justamente por Luiz Inácio Lula da Silva, antagonista do seu antecessor. Neste ponto, merece destaque a sexta edição da presente obra, onde Saviani declara que reviu, ampliou e atualizou o livro, principalmente para que pudesse estender a análise no primeiro mandato do governo Lula, que se encerrou no ano de 2006. Ainda, o livro ganhou um capítulo para a discussão do Plano Nacional de Educação, promulgado em 2001. Segundo Saviani, o PNE é a principal medida de política educacional decorrente da LDB e assim dedica parte do terceiro capítulo e o quarto para analisar uma proposta alternativa para o PNE. Como conclusão do PNE desenvolvido ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, destaca que este eviden-

cia claramente as determinações estruturais próprias do capitalismo sobre a política educacional como forma da política social, tratada de forma separada e subordinada à política econômica.

A presente obra é de interesse a todos os professores e estudantes em formação que desejam prestar contas com a legislação educacional brasileira do pós-90, sobretudo apoiados pela atual LDB. Destacam-se ainda os vários anexos colocados no livro, registrando todas as leis citadas, que se tornam também fontes primárias para a realização de novas pesquisas. Ainda, o presente livro pode servir de base para os professores universitários que trabalham nas áreas de políticas públicas, políticas educacionais, estrutura e funcionamento do ensino fundamental e médio, entre outros.

Saviani continua a nos brindar com sua produção teórica e, no caso deste livro, reconhecemos seu esforço não só para reunir documentos, como para elaborar sínteses críticas e perspectivas de enfrentamento no interior da escola, que nos faça teleologizar não só uma nova escola, mas de fato uma nova sociedade.

Referências

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 7.ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1985a.

_____. Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis nºs 5.540/68 e 5.692/71. In: _____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1985b. p. 133-155.

_____. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

***A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935).* Dominichi Miranda de Sá. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, 216 p.**

Márcia Regina Barros da Silva
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo,
Brasil
<mbarros.cehfi@epm.br>

O livro de Dominichi Miranda de Sá aborda um tema de grande constância no debate acadêmico brasileiro: a participação do intelectual no cenário público do país. Sua análise se concentra na tentativa de desvendar as transformações pelas quais uma gama variável de homens, amalgamados pelo ideal comum de conhecimento enciclopédico, se modificava e se encaminhava para a especialização profissional.

As pistas que a autora vai recolhendo, para construir o panorama dessa mudança, vão sendo entrelaçadas de forma a identificar as exigências sociais envolvidas no processo de distinção entre profissionais das ciências e letrados. No seu entender, estas transformações estariam, sobretudo, baseadas na idéia de substituição em que a linguagem adotada por uma cultura da retórica e do excesso vai sendo solapada por outra fala, a da ciência, podendo ser representada principalmente, mas não exclusivamente, pelo discurso médico.

Nesse percurso vão surgindo dados que nos informam sobre o momento de profundas transformações que alterava o modo como a sociedade brasileira se via e se projetava no conjunto das nações entendidas como civilizadas. O período estudado se concentra no momento de instalação da República, hora da explosão de instituições de vários matizes, que vão da atividade científica à produção literária. Nesse universo institucional, a autora elenca as instituições que considera principais para esse estudo – Academia Brasileira de Letras, Museu Nacional, *Revista do Brasil*, Instituto Oswaldo Cruz. Sua escolha não foi examinar espaços institucionais em si, nem biografias de personagens particulares, mas sim verificar como o estilo adotado por diferentes figuras de destaque, como Roquette Pinto ou Carlos Chagas, entre outros agentes, informa sobre as opções dos homens cultos daquela sociedade, sobretudo a carioca, aqui entendida em um sentido universal. O texto, inicialmente escrito co-

mo uma tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizada em parte na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, demonstra, no nosso presente, também certas influências institucionais no pensamento da autora, como o destaque dos médicos em detrimento de outros profissionais, para compor o *corpus* de sua discussão.

Há a meu ver duas grandes virtudes no formato de análise adotado neste estudo. Primeiro a opção por construir uma unidade a partir de determinados discursos escolhidos como fundo para sua análise, no lugar de eleger um corpo documental único. Essa decisão sublinha as próprias incongruências e contradições de um período de intensas transformações na história brasileira. Não parece ter sido objetivo da autora apresentar dados e fatos estanques e unívocos como balizas para o entendimento das concepções que conformavam as categorias em estudo, que podem ser batizadas genericamente de bacharelescas e científicas. Seu desejo foi conversar, por um lado, com tais retóricos sobre sua visão de um mundo em vias de desaparecimento, para os quais estava fora de questão aceitar a extinção passivamente. Há mesmo uma leve simpatia por essas figuras de época, cujo viés destacado pela autora pode ser identificado no trecho a seguir:

“Sem estilo definido e ignorando gêneros dos discursos, a retórica só podia ser definida pelo efeito irresistível que causava quando do seu emprego pelo letrado – a admiração pela grandeza do ornamento, por idéias apreciadas como se fossem sabores. Era por intermédio dessa figura de linguagem, o ornamento, que o auditório sentia-se como que transportado, pelos ritmos e sons das palavras, do desconhecido para o conhecido, descobrindo novas perspectivas de saber e de conhecimento sempre imprevistas” (p. 53).

Por outro lado, os cientistas, na busca pela profissionalização de suas atividades, também não foram vistos como um grupo fechado em especialidades ou escolas, mas sim como partícipes de um período em que nas próprias palavras da autora: “Com efeito, mais do que uma profissão, a ciência representava uma

‘visão de mundo’, um ‘paradigma’ para todas as outras formas de manifestação intelectual” (p. 103).

Há uma segunda qualidade evidente no estudo, de maior interesse para quem pretende obter uma leitura mais geral dos processos de ascensão da atividade científica como ponta de lança da cultura que nasce dos escombros do Império. A noção que vai sendo desenvolvida aos poucos, no decorrer do texto, de que a universidade brasileira, principalmente a Universidade de São Paulo, criada em 1934, tomada como o símbolo máximo de profissionalização da ciência nacional, não foi o ponto de partida, mas o ponto de chegada de uma vontade geral que procurou estabelecer a atividade do conhecimento científico como o horizonte da nova cultura da modernidade no Brasil. Entre outras instituições apontadas pela autora como representativas de um processo de estabelecimento de novos padrões culturais, estariam justamente as citadas Academia Brasileira de Ciências, a Associação Brasileira de Letras e a Associação Brasileira de Educação. Para Dominichi, a linguagem científica, clara, precisa, normativa e normatizada foi anteposta como o exato contrário da linguagem literária e pomposa da cultura bacharelesca. O cientista, como agente desse processo modernizador, vai sendo descrito pela autora como aquele que conscientemente constrói sua própria imagem a partir dos parâmetros que determinam o grau de cientificidade de uma dada atividade.

Alguns temas, no entanto, ficam para ser discutidos. Há, no meu modo de entender, uma aceitação um pouco maior do que seria necessária das discussões de época na leitura dos processos apontados anteriormente. Uma questão pertinente, por exemplo, seria a de problematizar criticamente a idéia de que a vulgarização científica seria apenas um “recurso educativo”. Além disso, entendê-la comparativamente como “o que hoje conhecemos como divulgação pública dos conhecimentos científicos” (p. 91) dilui o debate sobre a divulgação científica como uma área de auto-afirmação de determinado campo científico. O fato mesmo de a autora identificar uma concentração de funções no Brasil entre aquele que divulga e aquele que realiza a atividade científica poderia servir como ponto de partida para esse questionamento.

Recordo aqui outra obra, publicada também em 2006, *O silêncio dos intelectuais*, organizada por Aduino Novaes, cujo objeto tem proximidade temática com a discussão de Dominichi. Neste livro, Renato Janine Ribeiro nos dá uma descrição importante da diferença de significados entre as figuras do intelectual e do cientista, mesmo reconhecendo o objeto comum que os une – o conhecimento. Nas palavras de Ribeiro:

“Convirá, aqui, lembrar que o cientista é, etimologicamente, o que sabe (do verbo latino *scio*), ao passo que o intelectual é quem vê, entende, se dá conta. Por conseguinte, intelectual e cientista não são sinônimos, mas isso não significa que se distingam por seus objetos, e sim por suas atitudes. Proporemos então outra definição de intelectual: ele é quem lida com a ágora, com dar caráter público àquilo cujo conhecimento estaria num primeiro momento, fechado no ambiente acadêmico” (Ribeiro, 2006, p. 141).

Pensando nos termos de um debate público dos sábios de outrora com os especialistas cientistas que começavam a se impor, houve o desenrolar do que Raymundo Faoro chamaria o ‘drama republicano’. Faoro entendia que o esforço civilizatório e modernizador dos substitutos do antigo governo escondia a tentativa de distanciamento da realidade brasileira em nome de um projeto pedagógico de ajuste cultural da sociedade em nome do futuro (Faoro, 1987). É nesse sentido que podemos discutir quanto as promessas do discurso científico e as práticas disseminadas de adequação social às normas e efeitos do conhecimento obtido pela ciência não deram (e ainda não dão) significado positivo por si sós. A simples difusão do conhecimento não habilita sua apropriação e uso pelas camadas populares. Às vezes, pelo contrário, somente submete o público à fala competente e às vontades do poder.

Independente disso, o livro de Dominichi Miranda de Sá suscita uma maior compreensão do período de transição da sociedade brasileira, como parte de uma transformação mundial e não somente a seu reboque. O processo de legitimação social da atividade especializada da ciência, neste livro bastante bem matizado, nos

faz compreender a importância de pensar a atividade científica como um fator intrínseco à história do Brasil e aos seus desdobramentos.

Referências

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, v. 2, p. 469, 1987.

RIBEIRO, Renato Janine. O cientista e o intelectual. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 137-149.